

Ciência e Tecnologia

AJ02609

Antonio Chalhub

O I Plano Estadual de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (I Plancitec) foi formulado em 1994 a partir de um esforço de sistematização das propostas obtidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Ações Estratégicas (Seplae) nas reuniões setoriais e nos grupos de trabalho, que se reuniam em novembro desse mesmo ano. Além disso, em dezembro de 1994, foi realizado o I Seminário Estadual de Ciência e Tecnologia com o objetivo de subsidiar a elaboração desse Plano e a formulação de uma Política Estadual nessa área.

É importante ressaltar ainda o apoio e empenho do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concitec), junto com a Seplae, na mobilização de instituições, órgãos e entidades que fazem parte do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia na elaboração do I Plancitec. Entretanto, é necessário que o Plano seja o colocado em prática, viabilizando o fomento à pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, dentro de um cenário socialmente desejável, ambientalmente sustentável e economicamente aceitável.

O I Plancitec norteou-se pelo entendimento de que o conhecimento científico e tecnológico conduz ao desenvolvimento econômico e deve es-

tar condicionando ao bem-estar da população, numa concepção de que o "produto do desenvolvimento deve ser apropriado pelos cidadãos". Nesse sentido é fundamental a formulação de programas e projetos que contemplem o envolvimento da comunidade científica e tecnológica com a sociedade na definição e implantação de diretrizes para o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

O Plano visa a propiciar estratégias de ações governamentais nessa área, abrir o cenário de inserção dos diversos setores envolvidos, da comunidade científica e tecnológica e a participação democrática da sociedade na definição de prioridades. Também procura criar interfaces de interesse entre a comunidade e o Estado, incentivando a associação da pesquisa de boa qualidade com as inovações da indústria e a resolutabilidade dos problemas sociais.

O I Plancitec tem como grande desafio a constituição de mecanismos de gestão que garantam condições adequadas para a pesquisa e a promoção dos instrumentos de financiamento, através da utilização do Fundo Es-

tadual de Ciência e Tecnologia, o Funcitec. Esse Fundo foi instituído pela Lei nº. 4.778/93 e objetiva apoiar financeiramente programas e projetos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Espírito Santo. É formado pelos recursos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ou seja, 0,5% (meio por cento) do imposto líquido a cada ano. A Constituição Estadual deter-

mina, ainda, um percentual mínimo de 2,5% (dois e meio por cento) do total da receita orçamentária a ser aplicada em ciência e tecnologia.

No entanto, o mais importante desse I Plancitec é o modelo de gestão proposto para a utilização do Fundo, criando o mecanismo de editais públicos de Chamada. Estes Editais representam um modelo dinâmico e democrático que deve apontar soluções para os problemas elencados pelo Governo e pela Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, definindo prioritariamente programas e/ou projetos nas mais diversas áreas de conhecimento. Esses editais também podem e

devem incentivar interações das instituições, pesquisadores, poder público e sociedade na mobilização de recursos, seu adequado acompanhamento e sua efetividade frente a objetivos propostos de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável.

O Espírito Santo hoje deve tomar decisões que poderão impactar a economia e proporcionar um maior crescimento na próxima década. Isso requer do Governo do Estado além de outras ações na ampliação da economia capixaba nos mercados nacional e internacional, sua efetiva participação no esforço de modernização da base produtora local e na valorização da capacidade técnico-científica. O investimento de recursos na busca de inovações tecnológicas é essencial para melhoria da competitividade das empresas e seu crescimento depende, hoje, mais que nunca, de sua capacidade de desenvolvimento tecnológico.

O Governo deveria resgatar o I Plancitec, enquanto instrumento normativo da Política Estadual de Ciência e Tecnologia, no sentido de viabilizar um novo modelo de desenvolvimento para o Estado. E isso, até agora, o governo não fez, nem disse a que veio.

Antonio Chalhub é arquiteto e planejador, foi consultor da Seplae na elaboração do I Plancitec